

Aos 13 dias do mês de fevereiro de 2026, às 10h, foi realizada a reunião mensal do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social do Município de Sarzedo-IPRES, que ocorreu na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação, onde estiveram presentes a Sra. Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva, o Sr. Fábio Henrique Gomes e a Sra. Valdirene Araújo Lacerda Santos. Dando início a reunião a sra. Cléia, apresentou o relatório da carteira de investimentos referente ao mês de janeiro de 2026, onde o patrimônio do IPRES alcançou o valor de R\$158.548.301,57, estando diversificado da seguinte maneira: R\$130.541.197,07 em renda fixa, R\$17.627.354,77 em renda variável, R\$8.399.040,41 em fundos estruturados, R\$1.198.327,67 em investimentos no exterior e R\$782.381,65 em disponibilidade financeira. Posteriormente, foi realizada a análise quanto à conformidade do enquadramento da carteira frente aos limites estabelecidos pela Política de Investimentos e à Resolução 4.963/2021 do Conselho Monetário Nacional, constatando-se que todos os investimentos se encontram devidamente enquadrados dentro dos parâmetros legais e institucionais. Em seguida, verificou-se que a rentabilidade mensal foi de 2,07%, com acumulado de 2,07% no ano, registrando à meta no ano em 0,78%, com um Gap positivo de 1,29% no acumulado anual. Logo depois, analisaram os indicadores de risco da carteira, com destaque para o **VAR** de um dia útil, que foi de 0,25%, conforme consta no Dashboard do relatório da consultoria. Já em relação ao Relatório de Riscos de Mercado, observaram-se os seguintes resultados: **VAR** que nos diz qual a pior perda esperada dentro de um intervalo, sendo quanto menor melhor, pois indica que a perda potencial máxima está melhor, se deu em 1,14% no mês e de 3,96% nos últimos 12 meses, com redução em relação ao mês anterior; **VOL** de 0,52% no mês e 1,84% em 12 meses, com queda em relação mês anterior; **TREYNOR** que mede o retorno ajustado ao risco sistemático, demonstrado se a carteira está sendo bem remunerada pelo risco de mercado, onde quanto maior o índice melhor foi o retorno ajustado ao risco, alcançou um percentual de 1,42% no mês e 0,13% em 12 meses, obtendo aumento em relação ao mês anterior; **DRAWDOWN** que indica qual foi a pior queda da carteira em determinado período resultando na profundidade e duração das perdas, sendo que quanto maior melhor, se deu em 0,04% no mês e 0,53% em 12 meses, com elevação em relação ao mês antecessor; e um **SHARPE** que mede a relação entre retorno e risco, sendo quanto maior melhor, resultou em 7,19% no mês e 0,81% em 12 meses, com alta em relação ao mês anterior. O risco de crédito vem sendo acompanhado por meio da diversificação da carteira de investimentos e do controle dos ratings atribuídos por agências de classificação de risco às instituições financeiras. O risco de solvência permanece em níveis adequados, alinhado aos parâmetros estabelecidos na avaliação atuarial e no Estudo de Asset Liability Management (ALM) do IPRES. O risco sistêmico segue em constante monitoramento, considerando tanto a solidez do sistema financeiro brasileiro quanto as oscilações do

cenário econômico internacional. O **risco reputacional** é acompanhado por meio da supervisão contínua das operações e da análise de notícias e informações relevantes referentes às instituições financeiras com as quais o RPPS mantém relacionamento. O **risco operacional** dos fundos de investimento é verificado por meio da análise das práticas de governança adotadas pelos gestores e administradores, com base na avaliação dos documentos oficiais dos fundos, incluindo regulamento, políticas de risco, segregação de funções e da transparência das informações disponibilizadas, bem como pelo acompanhamento de eventos relevantes divulgados pelos órgãos reguladores. O **risco legal** está sendo verificado mediante a análise contínua da conformidade das operações com a legislação vigente e das normas aplicáveis ao RPPS, bem como pelo acompanhamento de eventuais alterações regulatórias que possam impactar a regularidade jurídica das aplicações. Já o **risco de liquidez**, mantém-se dentro do permitido pelo plano de benefícios, estando diversificado da seguinte maneira: 85,58% dos recursos aplicados em fundos com liquidez de 0 a 30 dias, 6,13% entre 1 a 2 anos, 5,31% entre 31 e 180 dias, e, 2,09% com prazos acima de 2 anos, 0,89% entre 181 e 365 dias. Logo depois foi analisado o **Relatório Focus** do Banco Central, divulgado no dia 09 de fevereiro, apresentando as seguintes projeções: **IPCA** estimado em 3,97%, com redução pela quinta semana consecutiva; **PIB** projetado em 1,80% mantido nessa posição a nove semanas; **taxa de câmbio** mantida em R\$5,50 á dezessete semanas e **taxa Selic** projetada em 12,25% para o final de 2026, nas últimas sete semanas, mantendo-se a expectativa para dezembro de 2027 de 10,50% e fechamento de 2028 em 10%. Posteriormente, os membros do comitê abordaram sobre o cenário econômico de 2026, onde no **Estados Unidos**, em 2026 o mercado financeiro permanece sob forte influência da política monetária do Federal Reserve. Em janeiro, na chamada “Super Quarta” de políticas monetárias, o Fed decidiu manter a taxa de juros básica na faixa de 3,50% a 3,75%, optando por estabilidade diante de um cenário econômico que tem apresentado inflação ainda “elevada”, acima da meta oficial de 2%, e um mercado de trabalho em processo de estabilização após sinais de enfraquecimento recente. Essa decisão refletiu a importância de uma postura cautelosa diante de dados mistos, com inflação moderada mas persistente e crescimento do emprego em ritmo mais lento, levando o Fed a adiar cortes adicionais de juros até que haja maior clareza nos indicadores econômicos. Analistas projetam que ajustes futuros dependerão fortemente da evolução da inflação e dos dados de emprego nos próximos meses. A própria liderança do Fed expressou otimismo cauteloso quanto à economia, prevendo crescimento ligeiramente acima da tendência, ainda que alguns membros considerem possível a necessidade de cortes modestos mais adiante na trajetória de 2026. Adicionalmente, os dados mais recentes de mercado sugerem que os indicadores de emprego vêm apresentando resultados menos robustos do que o esperado, o que influencia as

ad
1
analisando

expectativas de investidores e gestores quanto à possível direção das taxas de juros nos EUA. Com o resultado, a expectativa é de que o Fed continuará monitorando de perto os dados antes de implementar qualquer novo corte mais substancial nos juros. No cenário da **Europa**, a economia em 2026 segue em ritmo moderado, com crescimento projetado em torno de 1,1% a 1,3%, refletindo desafios estruturais, tensões comerciais e uma demanda doméstica ainda fraca, apesar de sinais de confiança econômica em algumas economias. Recentes discussões entre líderes europeus destacaram a necessidade de simplificação regulatória e maior integração do mercado de capitais para aumentar a competitividade frente aos Estados Unidos e à China, enquanto há intenso debate sobre políticas industriais, tarifas e independência econômica em meio a um ambiente geopolítico volátil. Diversas vozes dentro da União Europeia têm considerado medidas como tarifas sobre produtos chineses ou até direcionamentos que favoreçam a produção interna, ao passo que outros governos alertam que a proteção excessiva pode prejudicar competitividade e inovação. O setor de energia limpa, incluindo hidrogênio e tecnologias sustentáveis, segue como uma área estratégica de investimento e cooperação europeia, apesar da concorrência crescente de países asiáticos. Quanto à **China**, a segunda maior economia mundial continua a desempenhar papel central no crescimento global em 2026, com projeções de expansão do PIB na faixa de 4,4% a 4,6%, abaixo dos níveis de anos anteriores, mas ainda robusto em comparação à média global. A economia chinesa alcançou cerca de 5% de crescimento em 2025, cumprindo metas oficiais, e vem impulsionando setores inovadores, especialmente energia limpa, tecnologia e infraestrutura de inteligência artificial, apesar de desafios como queda nas exportações para os Estados Unidos e demanda interna menos vigorosa. O Banco Central chinês anunciou medidas de apoio financeiro para estimular o consumo doméstico e investimento privado, diante de desequilíbrios entre oferta e demanda, reforçando a busca por um modelo de crescimento mais sustentável. Estas políticas visam mitigar os efeitos de um ambiente de comércio global mais tenso e ampliar o mercado interno como motor de crescimento contínuo. No **Brasil**, o cenário financeiro em 2026 é marcado por um desempenho positivo dos mercados de capitais e por decisões de política monetária que buscam equilibrar inflação e crescimento. O Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, registrou recordes históricos, superando a marca dos 189 mil pontos, refletindo forte entrada de capital estrangeiro, confiança em ativos brasileiros e recuperação econômica. O dólar comercial em relação ao real está sendo negociado em torno de R\$5,20, consolidando uma tendência de valorização do real frente à moeda americana nos primeiros meses do ano. Em relação à política monetária, o Banco Central do Brasil optou por manter a taxa básica de juros Selic em 15% ao ano, patamar historicamente elevado, como resposta às pressões inflacionárias e para garantir credibilidade do regime de metas, apesar das expectativas do mercado por um ciclo de

20

1

atualizado

cortes. Na ata divulgada pelo Comitê de Política Monetária, o BC sinalizou o início de um ciclo de afrouxamento dos juros a partir de março de 2026, destacando melhorias nos indicadores de inflação e nas expectativas de mercado, mesmo mantendo cautela quanto à trajetória futura dos juros, que dependerá dos dados econômicos observados nos próximos meses. No plano da inflação, o IPCA de janeiro de 2026 registrou alta de 0,33%, um resultado um pouco abaixo do esperado pelo mercado, sugerindo um arrefecimento das pressões inflacionárias no curto prazo e corroborando com um quadro que pode permitir uma redução gradativa da Selic ao longo do ano se essa trajetória se consolidar. Logo depois, a sra. Cleia apresentou um documento referente ao fundo de aplicação automática do Banco do Brasil "BB Previd Fluxo Renda Fixa" CNPJ nº 13.077.415/0001-05, que em razão da publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025, foi fechado para aplicações por possuir mais de 50% do seu Patrimônio obtidos por RPPS, no entanto, apresentou o novo fundo criado pelo próprio banco em substituição ao atual, sendo ele o "BB Fluxo Soberano Resp. Limitada FIF CIC RF Previd. CP" CNPJ nº 63.197.387/0001-38, que poderá ser cadastrado para realização das aplicações automáticas do IPRES, quando em análise ao parecer favorável enviado pela consultoria Lema, identificou-se que o fundo se enquadra no art. 7º, I, da Resolução 5.272/2025, sendo sua carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais, seguindo uma estratégia passiva, e ainda, em verificação aos documentos enviados pelo Banco do Brasil, identificou-se que é um fundo automático, atrelado ao CDI, com conversão de cotas, resgate e pagamento D+0; cujo o administrador e gestor é a BB Gestão de Recursos DTVM S.A; que receberão pela prestação dos serviços remuneração anual incidente sobre o patrimônio líquido da classe, sendo 0,0850% de taxa de administração, 0,2695% de taxa de gestão e 0,6455 de taxa máxima de distribuição, totalizando uma taxa global de 1% ao ano; ressaltando-se que os ativos financeiros que compõem a carteira da classe e das classes investidas sujeitam-se aos seguintes riscos: risco de juros pós-fixados, risco de taxa de juros, risco de títulos indexados à inflação, risco proveniente do uso de derivativos, risco de liquidez, risco de conjuntura, risco regulatório e risco sistêmico. Por todo o exposto, após a análise de toda documentação apresentada e verificando que a aplicação no referido ativo está compatível com o prazo de 18,43 anos de duração do passivo estipulado no último cálculo atuarial e no estudo de ALM do IPRES, e por ser compatível com a necessidade de liquidez definida no fluxo atuarial do plano de benefícios e com a Política de Investimentos do IPRES, o comitê decide por aderir ao fundo BB Fluxo Soberano Resp. Limitada FIF CIC RF Previd. CP, como fundo automático para aplicações referentes às contas do Banco do Brasil números: 14.444-4, 6744-X, 15.551-9 e 6542-0. Posteriormente a sra. Cléia apresentou outros três fundos que também ficaram desenquadrados em relação a Resolução 5.272/2025, sendo eles os fundos: Caixa Brasil Referenciado DI, CNPJ nº 03.737.206/0001-97; BB Previd. RF Perfil, CNPJ nº

Flasart

aul
1

13.077.418/0001-49 e Bradesco FI RF Referenciada DI Premium, CNPJ nº 03.399.411/0001-90, sendo que esses fundos foram fechados para novas aplicações, porém, permanecem abertos para resgates pelo período de até 2 anos conforme autorizado pela referida resolução, deliberando o comitê por manter essas aplicações. A seguir, a sra. Cléia informou também que no momento da emissão do extrato de investimentos referente ao mês de janeiro de 2026, da conta nº **6542-0**, agência **7135-8**, foi identificado a aplicação do valor de R\$ 218.502,33 no fundo **BB RF CP Automático, CNPJ 42.592.315/0001-15**, verificou-se que este fundo não integra a carteira de investimentos do IPRES e não possui autorização do Comitê de Investimentos para aplicação, ressaltando que até dezembro de 2025, o fundo vinculado a essa conta era o **BB Previ Fluxo RF**. Diante disso, foi formalizado um e-mail solicitando ao Banco do Brasil esclarecimentos quanto à alteração do fundo, considerando que não houve comunicação prévia ao IPRES, tampouco solicitação formal para a realização dessa mudança; obtendo como resposta da gerente Maria Adélia da Costa, que ao verificar a disponibilidade de saldo e dar sequência ao procedimento de aplicação, ocorreu um direcionamento incorreto, resultando na seleção do referido fundo, ressaltando que a escolha se deu por uma interpretação equivocada de que o fundo "BB RF CP Automático" seria a opção habilitada para continuidade das aplicações, o que levou à realização da operação em desacordo com o previsto originalmente e sem autorização do Comitê de Investimentos. A representante do Banco registrou lamentação pelo ocorrido e pelos eventuais transtornos causados ao IPRES, reiterando o compromisso com a transparência, a diligência e o respeito à governança dos investimentos da instituição, colocando-se à disposição para realizar todos os ajustes necessários, acompanhar o processo de regularização e reenquadramento da aplicação, garantindo a conformidade com a Política de Investimentos do IPRES e com as deliberações do Comitê, encaminhando juntamente com o e-mail o formulário de informações complementares, a lâmina e o regulamento do fundo "BB RF CP Automático", para análise do comitê caso queiram permanecer com a aplicação. Ao verificar os documentos o comitê identificou que trata-se de um fundo de renda fixa de curto prazo automático, destinado ao público alvo da administração direta e indireta das esferas federal, estadual e municipal dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo suas autarquias; tendo como administrador e gestor o BB Gestão de Recursos DTVM S.A, que aplicará os recursos em contas de FIs que apresentem carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais indexados ao CDI/SELIC ou em títulos públicos federais prefixados indexados também ao CDI/SELIC e em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais com prazo máximo de 375 dias e carteira com prazo média inferior a 60 dias; a taxa de administração máxima global pode variar de 1,75% a 4,00% do PL, sendo 0,09% a.a de taxa de administração, 0,5304% de taxa de gestão, 1,1296% de taxa máxima de distribuição, onde

aul

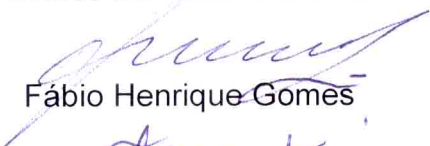
↓

Marcelo

as classes e subclasses nas quais a classe investe também poderão cobrar pelas prestações dos serviços; não possuindo taxa de entrada, saída, custódia ou performance. E ainda, os prazos para liquidação e conversão das cotas tanto para resgate quanto para aplicação são D+0; sendo um fundo considerado de baixo risco, com a rentabilidade nos últimos 5 anos de 29,51%, e nos últimos 12 meses foi de 8,23%, possuindo também os riscos de taxa de juros, de juros pós-fixados, risco provenientes do uso de derivativos, de liquidez, de conjuntura, regulatório e sistêmico. Posteriormente, após a análise detalhada de toda a documentação fornecida, constatou-se que o investimento no referido ativo apresenta aderência ao horizonte de 18,43 anos associado à duração do passivo, conforme estabelecido no último cálculo atuarial e no estudo de ALM do IPRES, verificando-se, ainda, que o ativo se mostra alinhado às exigências de liquidez definidas no fluxo atuarial do plano de benefícios e à Política de Investimentos do RPPS. No entanto o Comitê decide por resgatar **todo o valor** do referido fundo e aplica-lo no fundo **BB Fluxo Soberano Resp. Limitada FIF CIC RF Previd.** Logo a seguir, verificaram também a oferta dos fundos enviados pelo Banco Itaú, sendo eles: “Itaú Institucional Referenciado DI”, “Itaú Institucional Legend RF LP FICFI” e “Itaú PP RF Curto Prazo FIFCIC Resp. Limitada”, quando decidiram por solicitar a análise da consultoria quanto à viabilidade de aplicação nesses fundos. Por fim, elaboraram o parecer mensal que será encaminhado para apreciação dos Conselhos Fiscal e Administrativo e, posteriormente, disponibilizado no site do IPRES. O relatório contempla o patrimônio total da instituição, a alocação dos investimentos, o desempenho individual de cada ativo no mês e no acumulado do ano, além das ações conduzidas por este comitê. Nada mais havendo a tratar, eu, Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os presentes, foi assinada por mim e pelos demais membros participantes.



Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva



Fábio Henrique Gomes



Valdirene Araújo Lacerda Santos